



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM MARINGÁ

Av. Adv. Horácio Raccanello Filho, 5589, 2º andar, CEP 87020-035, Maringá/PR, Fone (44) 3227-1050

## TERMO DE TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA

- PLANO DE PAGAMENTO PARCELADO DO DÉBITO FISCAL COM DESCONTO -

### DAS PARTES

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**, representada nesse ato pelos Procuradores da Fazenda Nacional subscritores, habilitados nos termos do art. 131 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 73/1993, e o devedor abaixo qualificado:

#### 1. Qualificação do devedor:

<b>Nome</b>	CANTAREIRA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
<b>CNPJ</b>	84.982.453/0001-50
	[REDACTED]
	[REDACTED] Maringá/PR

#### 2. Qualificação dos representantes legais:

<b>Nome</b>	Roney Fernando Vanin Turchiari
<b>CPF</b>	[REDACTED]
<b>Nome</b>	Kassiane Menchon Moura Endlich (Administradora Judicial)
<b>CPF</b>	[REDACTED]
<b>Endereço</b>	[REDACTED]

Com fundamento no art. 171 do Código Tributário Nacional, na Lei nº 13.988/2020 e na Portaria PGFN nº 9.917/2020, as partes FIRMAM a presente TRANSAÇÃO INDIVIDUAL TRIBUTÁRIA, que tem como **objeto os débitos relacionados neste documento e anexos**, por meio do qual fica acertado que:

### DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª. A presente transação objetiva o equacionamento de débitos inscritos em dívida ativa da União contra a devedora acima relacionada, por meio de **PLANO DE PARCELAMENTO COM CARÊNCIA E DESCONTO da Dívida Ativa da União inscrita sob os números:**



**PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**

**PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM MARINGÁ**

Av. Adv. Horácio Raccanello Filho, 5589, 2º andar, CEP 87020-035, Maringá/PR, Fone (44) 3227-1050

121442195	375352457	90 2 19 013610-72
129001309	375352538	90 2 19 013611-53
129001317	375352945	90 2 19 013612-34
374644390	375353003	90 2 19 013613-15
374644632	375353119	90 2 19 013676-07
479264511	375353739	90 2 19 013677-80
479264520	375353755	90 4 19 000842-31
121442209	375353852	90 4 19 000843-12
121442233	375353887	90 6 19 025676-84
125676190	375354417	90 6 19 025677-65
125676212	375354468	90 6 19 025678-46
125676239	375355065	90 6 19 025679-27
90 4 18 000635-50	375355090	90 6 19 025680-60
146725743	375355138	90 6 19 025681-41
147307210	375356053	90 6 19 025682-22
148649378	375356126	90 6 19 025797-71
149675283	375358099	90 6 19 025801-92
150435428	375358226	90 6 19 025803-54
90 4 18 003995-40	375358242	90 7 19 007952-02
152242147	375358390	90 7 19 007953-85
152242155	375358439	90 7 19 008000-52
153238895	375358455	90 2 19 016611-14
139514333	375358498	90 2 19 016619-71
121442225	90 4 19 000825-30	90 2 19 016622-77
125676182	90 4 19 000826-11	90 6 19 031057-65
125676204	90 4 19 000827-00	90 6 19 031065-75
125676220	90 4 19 000841-50	90 6 19 031066-56
129799262	90 4 19 000920-99	90 6 19 031067-37
135126754	90 4 19 016768-84	90 7 19 009637-84
135126762	90 4 19 049396-81	90 4 19 049395-09
139635742	161610692	90 6 19 034107-20
374644772	90 4 19 049884-61	90 7 19 010614-40
375330992	162211805	90 2 19 019529-41
375331247	162211813	90 2 19 019530-85
159130654	162211821	90 6 19 038056-60
375338233	162211830	90 6 19 038057-40
375341021	90 2 17 001301-89	90 7 19 011805-38
375342877	90 2 17 001302-60	90 2 19 020985-61
375345868	90 6 17 003224-43	90 6 19 044505-63
375346309	90 6 17 003225-24	90 6 19 044506-44
375346910	90 7 17 001763-47	90 7 19 012874-13
375347585	90 2 17 001611-49	90 4 19 055021-04
375347739	90 6 17 006184-82	90 4 19 055022-87
375347810	90 2 18 000659-66	90 4 19 055023-68
375348450	90 6 18 001804-03	90 2 20 012087-99
375352228	90 6 18 001805-86	90 6 20 028809-88

§ 1º A devedora aceita as condições para o plano de parcelamento do débito fiscal e assume as seguintes obrigações:

a) prestar informações sobre seus bens ou receitas;



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM MARINGÁ

Av. Adv. Horácio Raccanello Filho, 5589, 2º andar, CEP 87020-035, Maringá/PR, Fone (44) 3227-1050

- b) agir com boa-fé, não utilizando a transação para prejudicar seus concorrentes ou a Fazenda Nacional;
- c) reconhecer definitivamente os débitos transacionados;
- d) recolher regularmente o FGTS;
- e) regularizar, no prazo de 90 dias, os débitos que vierem a ser inscritos em Dívida Ativa da União ou se tornarem exigíveis após o acordo de transação.

§ 2º Os imóveis matriculados sob nº [REDACTED], cuja penhora foi requerida pela União, descritos no **Anexo III** deste Termo, permanecerão garantindo parcialmente as dívidas aqui tratadas.

§ 3º A devedora declara que, durante o plano de amortização, não alienará bens ou direitos sem proceder à devida comunicação à Fazenda Nacional.

CLÁUSULA 2ª. A devedora confessa de forma irrevogável e irretratável a dívida objeto da presente transação tributária.

PARÁGRAFO ÚNICO. A confissão do *caput* produz os efeitos do art. 174, parágrafo único, inciso IV, do Código Tributário Nacional, servindo para interromper e suspender o prazo prescricional em relação a todos os débitos objetos do acordo, enquanto vigente a presente transação, a cada pagamento efetuado, ainda que a guia de arrecadação esteja vinculada a apenas uma das inscrições.

#### DO PLANO DE PAGAMENTO

CLÁUSULA 3ª. As inscrições não previdenciárias e previdenciárias indicadas no **Anexo I** e na Cláusula 1ª serão objeto de plano de amortização com o **desconto máximo de 50% (cinquenta por cento) em 100 (cem) meses** (não previdenciárias) e **60 (sessenta) meses** (previdenciárias), respectivamente, amortizações estas mensais e sucessivas, conforme valor estipulado no **Anexo II**, com vencimento no último dia útil dos meses subsequentes.

§ 1º O desconto efetivo possível para as inscrições não previdenciárias é de **45,13% (quarenta e cinco vírgula treze por cento)** e para as inscrições previdenciárias é de **41,66% (quarenta e um vírgula sessenta e seis por cento)**, consoante consta nos relatórios extraídos do sistema DW (planilhas RESUMO NÃO PREV e RESUMO PREV).

§ 2º Considera-se como primeira parcela a entrada, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), paga por ocasião do início das negociações.

§ 3º A segunda parcela vencerá após o prazo de 180 (cento e oitenta dias), contados da formalização do acordo e do pagamento da entrada convencionada.

§ 4º. O valor de cada amortização mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da assinatura do presente termo até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM MARINGÁ

Av. Adv. Horácio Raccanello Filho, 5589, 2º andar, CEP 87020-035, Maringá/PR, Fone (44) 3227-1050

§ 5º. Até a inclusão do plano de amortização em sistema informatizado da PGFN, as amortizações serão pagas via recolhimento de guia de arrecadação, o DARF, com a imputação do montante mensal devido diretamente nas inscrições que fazem parte do plano de amortização.

#### DOS PROCESSOS JUDICIAIS E IMPUGNAÇÕES ADMINISTRATIVAS

---

CLÁUSULA 4ª. A devedora expressamente desiste das impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais que tenham por objeto os débitos relacionados no **Anexo I** e renuncia a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações e recursos ou ações judiciais, não se opondo, no caso de ações judiciais, à extinção do processo com resolução do mérito, nos termos da alínea “c” do inciso III do *caput* do art. 487 do Código de Processo Civil.

PARÁGRAFO ÚNICO. A desistência e a renúncia de que trata o *caput* não eximem a devedora do pagamento dos honorários advocatícios e custas processuais devidos.

CLÁUSULA 5ª. Caberá à devedora peticionar nos processos judiciais de que cuida esse ato, noticiando aos juízos a celebração da transação tributária.

#### DAS GARANTIAS

---

CLÁUSULA 6ª. Os imóveis matriculados sob [REDACTED], cuja penhora foi requerida pela União, descritos no **Anexo III** deste Termo, permanecerão garantindo parcialmente as dívidas aqui tratadas.

#### DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO DA TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA

---

CLÁUSULA 7ª. Implicará rescisão da avença:

- I - a falta de pagamento de três (3) amortizações mensais, consecutivas ou não;
- II - a alienação de bens ou direitos sem prévia comunicação ou a constatação, pela União, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial por parte da devedora;
- III - o não pagamento de prestações de débitos incluídos em parcelamentos e de débitos que venham a se tornar exigíveis durante a vigência da transação, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, bem como referentes ao FGTS;
- IV - a decretação de falência ou de outro mecanismo de liquidação judicial ou extrajudicial;
- V - a concessão de medida cautelar em desfavor dos devedores, nos termos da Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992;
- VI - a apuração, pela PGFN, de qualquer ato fraudulento levado a cabo pela devedora;
- VII - o descumprimento ou o cumprimento irregular das demais cláusulas estipuladas na presente avença.

§ 1º As amortizações pagas com até 30 (trinta) dias de atraso não configurarão inadimplência para fins do inciso I do *caput*.





**PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**

**PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM MARINGÁ**

Av. Adv. Horácio Raccanello Filho, 5589, 2º andar, CEP 87020-035, Maringá/PR, Fone (44) 3227-1050

§ 2º Nas hipóteses dos incisos I, II, III, VI e VII, a devedora será previamente notificada para sanar, no prazo de 15 (quinze) dias, a situação ensejadora de rescisão da transação.

§ 3º Rescindida a transação tributária, será retomado do curso da cobrança, com o cancelamento do desconto concedido e a prática dos demais atos executórios do crédito.

CLÁUSULA 8ª. A devedora poderá impugnar o ato de rescisão da transação, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da notificação respectiva.

Parágrafo único. Da decisão sobre a impugnação prevista no *caput* caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias.

#### DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

---

CLÁUSULA 9ª. As inscrições incluídas no plano de amortização da dívida contemplado pela presente transação não constituirão impedimento à emissão de certidão negativa ou de certidão positiva com efeitos de negativa em favor da devedora, nos termos do art. 11 da Portaria PGFN nº 9.917/2020.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

---

CLÁUSULA 10. A devedora se obriga a apresentar sua situação econômico-financeira, por meio de demonstrações de resultados, anualmente, por meio do balanço contábil apurado ou, sempre que a PGFN reputar oportuno, por meio de documentos e informações complementares com a demonstração do resultado do exercício.

CLÁUSULA 11. A celebração da presente transação não dispensa o recolhimento das obrigações tributárias correntes devidas pela devedora, nem mesmo o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.

CLÁUSULA 12. Cessarão os efeitos desta transação se, a qualquer tempo, houver descumprimento de suas cláusulas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Na hipótese de a presente transação ser declarada parcialmente nula, em âmbito judicial ou administrativo, a parte não nula será preservada em todos os seus efeitos.

CLÁUSULA 13. A presente transação não interfere em quaisquer outras inscrições no CADIN, Cadastro de Inadimplentes com o FGTS ou qualquer outro cadastro restritivo, alheias ao objeto do presente acordo.

CLÁUSULA 14. A presente transação e a interpretação das suas cláusulas não pode implicar redução do montante dos créditos inscritos ou renúncia às garantias e privilégios do crédito tributário.

CLÁUSULA 15. Em atenção à determinação constante no § 1º do art. 44 da Portaria PGFN nº 9.917/2020, após a assinatura da devedora e dos Procuradores lotados na Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Maringá/PR, abaixo nominados, o



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM MARINGÁ

Av. Adv. Horácio Raccanello Filho, 5589, 2º andar, CEP 87020-035, Maringá/PR, Fone (44) 3227-1050

presente termo de transação será enviado para ratificação do Procurador-Chefe da Dívida Ativa na 4ª Região.

Firmam as partes o presente para que produza os efeitos desejados.

Maringá/PR, 29 de maio de 2020.

Kassiane Menchon  
Moura Endlich

**Kassiane Menchon Moura Endlich**  
Administradora Judicial

Assinado digitalmente por MARCELO

**Marcelo Avelino Bortolini**

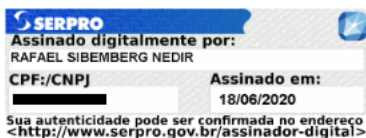
Procurador-Seccional da Fazenda Nacional

RONEY FERNANDO VANIN

**Roney Fernando Vanin Turchiari**  
Representante Legal

SIDNEY CASTANHO

**Sidney Castanho Scholtão**  
Procurador da Fazenda Nacional



**Rafael Sibemberg Nedir**  
Procurador-Chefe da Dívida Ativa na 4ª Região



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM MARINGÁ

Av. Adv. Horácio Raccanello Filho, 5589, 2º andar, CEP 87020-035, Maringá/PR, Fone (44) 3227-1050

**ANEXO I**  
**RELAÇÃO DE INSCRIÇÕES CONTEMPLADAS NO PLANO DE PAGAMENTO**

<b>Previdenciárias</b>	375352457	90 6 18 001805-86
121442195	375352538	90 2 19 013610-72
129001309	375352945	90 2 19 013611-53
129001317	375353003	90 2 19 013612-34
374644390	375353119	90 2 19 013613-15
374644632	375353739	90 2 19 013676-07
479264511	375353755	90 2 19 013677-80
479264520	375353852	90 4 19 000842-31
121442209	375353887	90 4 19 000843-12
121442233	375354417	90 6 19 025676-84
125676190	375354468	90 6 19 025677-65
125676212	375355065	90 6 19 025678-46
125676239	375355090	90 6 19 025679-27
90 4 18 000635-50	375355138	90 6 19 025680-60
146725743	375356053	90 6 19 025681-41
147307210	375356126	90 6 19 025682-22
148649378	375358099	90 6 19 025797-71
149675283	375358226	90 6 19 025801-92
150435428	375358242	90 6 19 025803-54
90 4 18 003995-40	375358390	90 7 19 007952-02
152242147	375358439	90 7 19 007953-85
152242155	375358455	90 7 19 008000-52
153238895	375358498	90 2 19 016611-14
139514333	90 4 19 000825-30	90 2 19 016619-71
121442225	90 4 19 000826-11	90 2 19 016622-77
125676182	90 4 19 000827-00	90 6 19 031057-65
125676204	90 4 19 000841-50	90 6 19 031065-75
125676220	90 4 19 000920-99	90 6 19 031066-56
129799262	90 4 19 016768-84	90 6 19 031067-37
135126754	90 4 19 049396-81	90 7 19 009637-84
135126762	161610692	90 4 19 049395-09
139635742	90 4 19 049884-61	90 6 19 034107-20
374644772	162211805	90 7 19 010614-40
375330992	162211813	90 2 19 019529-41
375331247	162211821	90 2 19 019530-85
159130654	162211830	90 6 19 038056-60
375338233		90 6 19 038057-40
375341021	<b>Não previdenciárias</b>	90 7 19 011805-38
375342877	90 2 17 001301-89	90 2 19 020985-61
375345868	90 2 17 001302-60	90 6 19 044505-63
375346309	90 6 17 003224-43	90 6 19 044506-44
375346910	90 6 17 003225-24	90 7 19 012874-13
375347585	90 7 17 001763-47	90 4 19 055021-04
375347739	90 2 17 001611-49	90 4 19 055022-87
375347810	90 6 17 006184-82	90 4 19 055023-68
375348450	90 2 18 000659-66	90 2 20 012087-99
375352228	90 6 18 001804-03	90 6 20 028809-88



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM MARINGÁ

Av. Adv. Horácio Raccanello Filho, 5589, 2º andar, CEP 87020-035, Maringá/PR, Fone (44) 3227-1050

**ANEXO II**  
**PROPOSTA DE PAGAMENTO**

Total não previdenciário	R\$ 5.624.577,94
Total previdenciário	R\$ 5.834.816,81
<b>Valor Total</b>	<b>R\$ 11.459.394,75</b>
Percentual de desconto NÃO previdenciário	45,13%
Percentual de desconto previdenciário	41,66%
Carência	180 (cento e oitenta) dias
Total NÃO previdenciário com desconto	R\$ 3.086.205,91
Total previdenciário com desconto	R\$ 3.404.032,12
Valor da entrada NÃO previdenciária	R\$ 10.000,00
Valor da entrada previdenciária	R\$ 10.000,00
<b>Valor total após desconto e entrada</b>	<b>R\$ 6.470.238,03</b>
Valor da parcela NÃO previdenciária (100 parcelas)	R\$ 30.762,05
Valor da parcela previdenciária (60 parcelas)	R\$ 56.567,20
<b>Valor total da parcela mensal</b>	<b>R\$ 87.329,25</b>

\*Valores históricos atualizados até MAIO/2020, em reais.





PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM MARINGÁ

Av. Adv. Horácio Raccanello Filho, 5589, 2º andar, CEP 87020-035, Maringá/PR, Fone (44) 3227-1050

**ANEXO III**  
**BENS E DIREITOS – GARANTIAS DA TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Os imóveis matriculados sob nº [REDACTED], cuja penhora foi requerida pela União por termo nos autos nesta data, descritos no **Anexo III** deste Termo, permanecerão garantindo parcialmente as dívidas aqui tratadas.